



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 395 DE 21 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Publica, na forma do anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2016, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ANEXO

UNIAO - PODER JUDICIARIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	TOTAL
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	(c) = (a) + (b)
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Fonte: Diário Oficial da União, 29 set. 2016, Seção 1, p. 753	661.905.770,64	35.438.918,83	997.344.689,47
Pessoal Ativo	661.643.865,74	22.616.335,40	684.260.201,14
Pessoal Inativo e Pensionistas	300.261.904,90	12.822.583,43	313.084.488,33
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	286.456.516,64	17.063.477,22	303.519.993,86
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	374.493,34	0,00	374.493,34
Despesas de Exercícios Anteriores	14.877.423,74	17.063.477,22	31.940.900,96
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	271.204.599,56	0,00	271.204.599,56
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	675.449.254,00	18.375.441,61	693.824.695,61

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		695.041.041.696,34
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,097181%	0,002644%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <-%>	0,223809%	1.555.564.405,01
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <-%>	0,212619%	1.477.786.184,76
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <-%>	0,201428%	1.400.007.964,51

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL, Secretaria de Orçamento e Finanças, 14/setembro/2016, 14hs 38 min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES

Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL

Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Controle Interno